

Acordo fica mais difícil

Passados quase dois meses da data-base da categoria, Sindicato dos Professores e Secretaria da Educação ainda não chegaram a um entendimento que viabilizasse a assinatura do acordo coletivo entre ambas as partes. A lista de pontos divergentes foi engrossada pela proposta da Secretaria de realizar a eleição dos diretores de escolas pelo mecanismo da lista sétupla, que facultaria ao Governo a escolha do indicado para o cargo entre os seis primeiros colocados no pleito. Ontem, o diretor do Sinpro, Valter Valente, afirmou que este imobilismo era fruto da provável queda do secretário Fábio Bruno e do próprio presidente da Fundação Educacional, José Quintas.

"Eles estão empurrando o problema com a barriga", afirmou Valente, ressaltando que não tinha dados concretos para especular sobre a queda de Bruno e Quintas. "Mas parece que isto é que vai ocorrer", insistiu. Depois do movimento grevista encerrado no final de maio, sem que a categoria conseguisse a reformulação de alguns pontos

polêmicos do quadro de carreiras, o professorado vinha negoziando a assinatura do acordo através de sucessivas reuniões. Segundo Valente, os pontos divergentes dizem respeito ao desejo da Secretaria de incluir o quadro de carreira no acordo coletivo e, agora, o mecanismo da eleição direta, mas com a lista sétupla.

A questão do quadro é rechaçada pelo Sinpro "porque existem alguns pontos dele que podem ser questionados na Justiça. E o caso, por exemplo, dos não licenciados, que podem pleitear inclusão na referência por tempo de serviço através de um processo. Se o quadro for incluído no acordo esta possibilidade deixa de existir, pois a assinatura implicaria na concordância do Sinpro. Agora, quadro de carreira é uma norma administrativa e deve ser homologado como tal. Quanto à lista sétupla creio ser consenso a rejeição a este mecanismo, que consagraria, na prática, a escolha de um diretor que seria praticamente indicado pela Secretaria de Educação".